Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula N° 85
27 de novembro de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos. Sejam bem vindos. Vocês vão encontrar na página um texto do filósofo espanhol Gustavo Bueno, sob o título de “Filosofia administrada”, do qual nós vamos partir para as nossas reflexões de hoje.

Eu queria lembrar a vocês o espírito deste curso: é menos dar tudo mastigadinho, dar o caminho das pedras — com todas as indicações bibliográficas etc. —, do que infundir em vocês uma espécie de inspiração, para que as pessoas adquiram aos poucos um movimento próprio, tenham iniciativa e encontrem cada um o seu próprio caminho. Não obstante, há uma série de exigências mínimas que nós fazemos aqui. A primeira foi com relação ao domínio da linguagem, à cultura literária. Isto é absolutamente imprescindível. Aqueles que estão hoje freqüentando o curso universitário de filosofia, por exemplo, e que têm teses a apresentar, desistam de fazer qualquer coisa significativa enquanto não tiveram extensa cultura literária e domínio da linguagem. Desistam. Se você não domina a linguagem, o seu pensamento é tosco. Será sempre. Você pensa que está dizendo uma coisa, mas não está; você confunde impressões subjetivas com expressões; você pensa que está expressando alguma coisa, mas não esta.

O processo de formação de um conceito filosófico é uma das coisas mais complexas que existe. Sempre se parte de impressões que serão trabalhadas sob vários aspectos, sob vários ângulos, até que seja possível discernir nelas uma estrutura permanente. E é esta estrutura permanente que será expressa num conceito filosófico.

Se você, ao ler os textos filosóficos, não é capaz de fazer o contrário — remontar desde o conceito formal até as impressões primeiras das quais aquele conceito se originou —, você não está entendendo do que está falando. Você está se movendo numa esfera de troca de palavras: troca um conceito, por outro conceito, por outro conceito... Tudo está se movendo na superfície.

Isto é, hoje, para os fins de um trabalho universitário, mais do que suficiente — porque o seu professor também, em geral, não tem senão uma compreensão verbal das coisas. Professores de filosofia, no Brasil, na sua totalidade, são pessoas que nunca fizeram um trabalho de aprofundamento: perguntar a si mesmo se determinada coisa está realmente sendo entendida, a que objetos da experiência real tal conceito se refere, a que estados interiores se refere, e assim por diante. Nunca, nunca, nunca fizeram essas perguntas, e nem mesmo imaginam que isto existe. Então, você está se movendo na esfera dos trabalhos escolares: estes são feitos apenas para você cumprir uma exigência disciplinar, uma exigência burocrática, e para você receber, no final das contas, um atestado dado por um ignorante de que você está habilitado a continuar repassando a mesma ignorância de geração em geração. Isso aí é exatamente

o que se chama de cultura livresca. Livresca é a cultura que se refere somente a palavras – que não tem coisas por trás.

Agora, para piorar, para dar a isso um caráter trágico, essa compreensão puramente verbal das coisas foi sistematizada e teorizada, através do desconstrucionismo. O desconstrucionismo é um imenso esforço de justificação teórica da incompreensão dos textos filosóficos. Os textos filosóficos não podem ser compreendidos porque, na medida em que o indivíduo está persuadido de que o texto não se refere a nada — a não ser a outro texto, e outro texto, e outro texto —, a compreensão em profundidade, a compreensão vivenciada, fica impossibilitada. Fica proibida. Desse modo, quando o indivíduo não entende um texto, o que acontece é exatamente que ele não consegue relacionar palavra com realidade, com experiência vivida. Mas tão logo aparece um professor dizendo-lhe que os textos de fato não têm referencia externa – que somente se referem a outro texto, que se refere a outro texto, que se refere a outro texto –, ele está autorizado e obrigado a não entender, sobretudo os textos da filosofia antiga.

Vejam que na língua grega – eu estava lendo isto outro dia mesmo no Xavier Zubiri – não havia um verbo que equivalesse ao que nós hoje chamamos “saber”. Havia várias palavras, umas 20, que expressavam diferentes gamas de significado de “saber”. Não havia um termo genérico “saber”. Assim, um desses verbos, que agora não lembro exatamente qual que era, expressava o seguinte: a percepção que você tem de um objeto na experiência direta – mas de tal modo que você apreende o objeto no seu processo real. Por exemplo, quando você vê nascer um gatinho e mentalmente apreende todo o processo embrionário, desde a geração, através de todo o processo gestativo, até o nascimento, você está compreendendo o processo interno do objeto. Eu não lembro exatamente qual era esse verbo, eu acho que era “gignesthai”, qualquer coisa assim. Não lembro exatamente.

A simples existência dessa palavra em grego mostra que eles davam extrema importância à percepção real dos objetos – não apenas como fenômenos ou aparências, mas como processos interiores. Então, está-se indo muito além da mera nomeação de aparências. Esta idéia de que nós conhecemos somente os fenômenos e não o noumeno - o que está dentro dos objetos - era estranha para o grego. Esse aspecto do conhecer – entre outros 20, que eram simbolizados por outros verbos – expressava justamente a possibilidade que o ser humano tem de conhecer os objetos não como aparências, mas como processos. Isso é como se fosse o conhecimento sensível levado a sua máxima perfeição. A mera existência do verbo prova que isso era patrimônio comum da percepção que os gregos, pelo menos na época clássica, tinham de certas coisas. E isso significa que tudo o que eles estão dizendo a respeito de qualquer ente visível não se refere a aparências, mas a processos internos. Sendo assim, eles estavam firmemente persuadidos de que, através da mera percepção sensível, é possível captar os processos internos que compunham os vários objetos; portanto, conhecer toda a formação desse ser, desde a sua essência até sua manifestação exterior.

Se você não lê os autores gregos assim, você não está entendendo absolutamente nada. Agora, se você lê o texto grego acreditando que ele somente se refere a outro texto, que se refere a outro texto, que se refere a outro texto, adeus gatinho! Você não vai perceber nada do gatinho. Se esse método desconstrucionista já é um desastre para lidar com os textos atuais, para lidar com textos antigos – especialmente gregos – ele é um método realmente de não entender nada. Lendo um texto, você vai somente pegar apenas as referências que há entre um discurso e outro discurso. Porém, os gregos não falavam assim, pois a referência a entes da natureza era imediata para eles. Se nós não temos essa recapitulação memorativa das impressões que tivemos dos objetos – e, sobretudo, da captação profunda que tivemos de tais objetos – então não entendemos uma palavra do que o grego está falando.

Por exemplo, se uma pessoa chega para você e lhe diz alguma coisa, e você capta a intenção dela na relação entre o discurso e a aparência, e o gesto, e o olhar etc., você sabe o que aquela pessoa está querendo. Essa intenção pode ser uma coisa muito sutil, às vezes ambígua; mas é claro que se nós não tivéssemos essa capacidade de apreender essas coisas, toda a convivência humana seria impossível. Se nós tivéssemos que captar as palavras das pessoas apenas pelo seu significado dicionarizado, ou pela sua referência a outras falas, nós não poderíamos conviver com ninguém. [00:10] O simples fato de que existe uma conexão que entre a expressão falada e a comunicação não verbal já torna impossível que apliquemos à nossa convivência diária os preceitos do desconstrucionismo. Nada do que me dizem na convivência real – nada do que nossos familiares, nossos amigos, nossos colegas ou pessoas da rua nos dizem – nada, nada, nada pode ser interpretado apenas como discurso. Nunca pode. Existe sempre a referência a um processo profundo que está se evidenciando no discurso, mas não somente no discurso: que também está apoiada em toda a comunicação não verbal, numa referência ao mundo exterior.

Imagine-se dirigindo na rua, quando, de repente, um motorista xinga-o. Você instantaneamente entende que o atrapalhou de alguma maneira: passou na frente dele, barrou o acesso a algum lugar em que ele queria entrar, e assim por diante. Isso não está dado nas palavras: é uma situação física que aconteceu. Se você não é capaz de instantaneamente reconstruir a situação física que criou no indivíduo aquela reação que ele está expressando, significa que você não está entendendo o que ele está dizendo. Este não entender – quer dizer, essa redução da comunicação à mera verbalidade – constitui um sintoma psiquiátrico gravíssimo, que às vezes é chamado de despersonalização epiléptica. O indivíduo não entende o que você está falando, ele não capta. E isso torna a convivência social dele absolutamente impossível. Então, esse sintoma é que está sendo inoculado nas pessoas através desses hábitos desconstrucionistas.

O desconstrucionismo é uma estupidez sistematizada. E isso acabou dominando o panorama do ensino universitário no Brasil. Antes, os camaradas já não entendiam nada. Já eram meio burrinhos. Agora que há uma justificativa teórica pra ser burro, isso se tornou invencível. Tal situação se enquadra naquilo que a Igreja Católica chama de ignorância invencível.

Um dia vocês vão ter que escolher se querem ser aprovados por esse meio, onde as pessoas estão todas infectadas por esse vírus – o que os tornará como elas, para poderem ser aceitos, serem professores universitários, sentirem-se iguais aos outros, sentirem-se apoiados pelo meio etc. –, ou se vocês querem entender os textos filosóficos. Não tem meio termo, infelizmente. Isso porque se trata de uma escolha entre a cultura efetiva e o papel social. Bom, seria ótimo se não houvesse isso; seria ótimo se, ao contrário, a aquisição de seu papel social desejado - de professor etc. – fosse alcançada através da compreensão profunda dos textos, como foi em outras épocas. Mas infelizmente hoje, sobretudo no Brasil, você tem de escolher entre uma coisa e outra.

Desse modo, aqueles que estão aí na universidade fazendo teses etc., saibam que o que lhes será exigido é muito pouco – não se exige uma compreensão profunda dos textos. Exige-se apenas a capacidade de manipular certas palavras, de modo que você esteja falando a linguagem deles. E essa não foi uma linguagem feita para ser compreendida. A noção da compreensão não existe ali.

Sendo assim, não há outra maneira de nós nos vacinarmos contra isso, senão nos imbuirmos do verdadeiro sentido da linguagem – não no nível em que ela é usada universitariamente – mas no sentido em que foi usada ao longo de toda a história da cultura humana. E a aquisição da cultura literária consiste exatamente em aprender como certos escritores conseguiram expressar certas impressões reais

que tiveram. Em geral, essas expressões condensam experiências humanas que evidentemente não são particulares daquele indivíduo: são impressões que podem ser vivenciadas por milhões de pessoas; mas que na literatura aparecem como registradas pela primeira vez, e de uma maneira, como dizia o Bruno Tolentino, memorável.

Uma vez eu perguntei a ele o que era a poesia. Ele disse: “poesia é a maneira memorável de dizer”. Ou seja, o sujeito conseguiu dizer a coisa de uma maneira que você pode gravar na memória, e aquilo se incorpora ao seu arsenal expressivo. Incorpora-se, evidentemente, dizia Benedetto Croce, como instrumento de impressões. Em outras palavras, quando você tiver uma impressão análoga, aquele esquema criado pelo poeta, pelo artista, ajuda você a dizer as coisas – às vezes não com as mesmas palavras; você poderá fazer certas adaptações. Mais ainda: na medida em que você repete literalmente – ou alteradas – essas expressões conquistadas pelos grandes escritores, você dá à sua impressão pessoal, à experiência pessoal que você teve uma ressonância histórico-cultural, mediante a analogia que ela tem com experiências anteriores expressadas por outros poetas.

Se vocês pegarem o prefácio do livro *O Imbecil Coletivo*: no último parágrafo, eu uso, como quem não quer nada, cinco ou seis expressões parecidas com versos ou sentenças famosas da literatura universal. O que eu estou fazendo? Estou encaixando a minha experiência dentro de uma tradição. Porém, se nós olhássemos a coisa dentro de uma perspectiva desconstrucionista, eu estaria dizendo apenas aquilo que outros já disseram. Acontece que, como eu estou misturando cinco ou seis frases diferentes – e elas são realmente diferentes –, eu não posso estar repetindo; porque eu estou tentando expressar uma impressão que eu tive usando a linguagem de outras pessoas, a linguagem que foi preparada por uma tradição. É na medida em que você consegue encaixar a sua experiência pessoal numa tradição histórica é que você entende essa experiência.

Aristóteles já dizia que não existe entendimento, não existe compreensão do singular absoluto. Quer dizer, aquilo que não tem analogia com nada, aquilo que é totalmente *sui generis*, você realmente não entende. Você pode apenas narrar ou expressar aquilo de alguma maneira. No entanto, na hora em que começam a aparecer as analogias, você começa a situar aquela experiência dentro dos seus análogos históricos e você começa a poder raciocinar a respeito. Ou seja, a expressão da impressão é o primeiro requisito para a compreensão.

Se a nossa atividade pensante, raciocinante perde contato com a impressão primeira e com o processo de transformação da impressão em forma linguística, então nós falaremos a respeito do nada. Estaremos apenas trocando palavras por outras palavras. É como se fosse um jogo de baralho: há várias combinações possíveis das cartas. Nenhuma daquelas combinações tem nada a ver com nenhuma situação real. Por exemplo, se você está jogando pôquer e coloca três reis: a que isso corresponde na vida real? Não corresponde a nada. Corresponde somente a outros jogos possíveis, a outras combinações possíveis dentro do mesmo jogo.

Ao processo de expressão da impressão – que aos poucos vai se condensando em conceitos transmissíveis, capazes [00:20] de discussão – corresponde na leitura o processo inverso: remontar desde o conceito definido, dicionarizado, até as impressões que o originaram. Se você não faz isso, não entende nada, nada, nada. E com um pouco de prática é fácil perceber se um indivíduo sabe do que está falando: se ele conhece apenas o sentido dicionarizado das palavras, ou conhece o conceito que está estabelecido no ensino filosófico. É justamente dessa limitação, dessa deficiência puramente verbalista, que eu gostaria de libertar vocês, de uma vez para sempre; ainda que isso implique algum

atraso na sua conquista de uma posição universitária, caso você esteja disputando alguma, o que eu sinceramente espero que não esteja.

Vou até fazer um parênteses. Eu não acredito na possibilidade de restaurar a cultura brasileira a partir das universidades. Não acredito mesmo. Isso porque o processo de ocupação de espaços dentro das universidades, e de transformação de todo esse espaço numa área de discussão puramente tático-estratégica, foi feito ao longo de 40 anos – e o espaço foi totalmente ocupado.

Pior ainda: uma vez ocupado o espaço, até o nível da discussão tático-estratégica baixou formidavelmente. Você não vai poder comparar o diálogo interno que o pessoal da esquerda tem hoje com o que eles tinham 40 anos atrás. Não dá pra comparar. Ou seja, quando dominaram o espaço, isso serviu para eles como uma autorização para uma indolência intelectual completa, e para a infestação geral de uma espécie de populismo irracionalista. Isso, dentro até de uma tradição marxista mais antiga, seria considerado antes fascista do que comunista. O que não quer dizer que esse diagnóstico esteja certo.

Quando nós vemos que o atual Ministro da Educação, que diz “cabeçario” ao invés de “cabeçalho”, será substituído por um que escreve “Getulho” – e que se tratam de duas pessoas que têm posições altas no meio universitário –, nota-se que a situação passou do ridículo para o temível. Isso porque era ridículo no instante em que uma ou outra pessoa cometia esses erros e exibia o seu analfabetismo. Mas quando isso se espalhou por todo o meio universitário e se tornou, de certo modo, obrigatório, então é visível que essa ignorância, essa estupidez, se transformou num poder, numa força física, que ocupa realmente o espaço, determina as vidas de milhares de pessoas, cria ou desfaz carreiras etc. E você vê que não há meios de quebrar isso.

Alguns têm a idéia de que entrarão lá, ficarão quietinhos, de modo a galgar posições lá dentro, para posteriormente exercer uma influência. Isso é perda de tempo, é total ilusão. Só seria possível obter algum resultado eficiente no esforço de mutação do estado de coisas nas universidades se houvesse uma ocupação de espaços coletiva – como o pessoal do Partido Comunista fez a partir dos anos 60. Não era um indivíduo que entrava lá para fazer uma carreira e ficar isolado no meio de 50. Não, entravam os 50 de uma vez. E isso, meus filhos, eu não vou planejar aqui. Este curso não é um movimento político; eu não vou treinar vocês para a ocupação de espaços. Nós temos mais o que fazer.

Sendo assim, o que nós temos de fazer é criar estruturas fora da universidade – e estruturas que se sobreponham a ela com o poder e a autoridade de quem sabe. Nós não somos nem sequer os primeiros a fazer isso. Analisando a história do Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado pelo Miguel Reale, vê-se que a atividade lá desenvolvida por si produziu mais e melhores resultados do que o ensino em todas as universidades brasileiras. Praticamente, tudo o que era significativo em matéria de pensamento brasileiro, exceto o Mário Ferreira, foi parar nas revistas do Instituto – que foi publicada durante 40 anos. Não há uma revista de uma única universidade que tenha durado tanto e que tenha publicado tanta coisa boa. Então, o que havia de positivo, de criador no ambiente filosófico brasileiro, foi parar no Instituto Brasileiro de Filosofia – particularmente nos congressos deste Instituto –, ou foi parar na Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos, que existe ainda. São essas as instituições que expressavam a filosofia brasileira; não as universidades. Não há nenhuma universidade brasileira que possa se gabar de ter feito um trabalho como esse. Ora, já que isso já é uma tradição da filosofia brasileira, nós temos de sedimentar tal tradição, e não depender das universidades em nada. Sinceramente, eu me recuso, até por uma questão de honra pessoal, a confrontar meu trabalho com pessoas como o Dr. Emir Sader, que é professor titular de filosofia da universidade e agora vai ser

Ministro da Educação. Se nós aceitamos esse jogo, então de fato estamos perdendo todo o contato com a nossa consciência efetiva. Estamos trocando o nosso eu verdadeiro por um papel social. Isso aí é absolutamente incompatível com o exercício da filosofia.

Mas, acontece que a palavra filosofia, nesse contexto, tem um significado ambíguo. Tal ambigüidade é o que aparece aqui neste texto do Gustavo Bueno, que agora vou ler e comentar para vocês. O Gustavo Bueno não era um grande filósofo, que eu aprecie especialmente, mas este trecho é útil para nós. Há também alguns artigos que o Julián Marias escreveu sobre o mesmo assunto, que são até melhores; mas este aqui condensa melhor o assunto, então eu o escolhi. Isto por acaso veio parar na minha mão por indicação do Leonardo Penitente, que me mandou um link de uma página espanhola que tinha exatamente esse texto aqui. Os artigos do Julián Marias são muito cumpridos, mas esse aqui condensou o negócio. Ele diz:

“En cualquier caso, será preciso constatar que, en muy poco tiempo, el proceso de institucionalización de la filosofía iniciado por la Academia platónica fue extendiéndose a un ritmo constante. Todo sucedió como si el propio poder político hubiese atendido a la irónica propuesta de Sócrates. En Alejandría, en Roma, en el Imperio de Oriente (sin perjuicio del paréntesis abierto por Justiniano) y, desde luego, en el ámbito de la Iglesia católica o del Islam, la filosofía fue institucionalizándose en formas cada vez más rígidas, como filosofía escolástica. Dicho de otro modo: alcanzó la situación de una ‘filosofía administrada’ por las instituciones privadas, por las instituciones públicas o por las eclesiásticas. A diferencia de la ‘espontánea’ y, por así decir, arbitraria o asistemática forma propia del filosofar mundano (a partir de la política, de la ciencia, de la medicina, del ejercicio de la abogacía, &c.), la filosofía fue ‘sometida’ a una organización sistemática, a una ‘programación’, a una *ratio studiorum*, que no tendríamos tampoco por qué descalificar a priori, desde el punto de vista filosófico. Por el contrario, la filosofía administrada, como resultado de una dialéctica propia, habrá contribuido decisivamente a alcanzar el rigor y la precisión en los análisis de las ideas que la historia nos ha arrojado, y que son inalcanzables en su vida mundana. Pero, simultáneamente, la tendencia de la filosofía administrada a aislarse de la filosofía mundana del presente (que es siempre fuente suya) y la tendencia a acogerse a los intereses de la ‘Administración’ que la ha incorporado a sus fines propios, orientará su evolución hacia formas anquilosadas y la convertirá en vehículo meramente ideológico (aun cuando tampoco se reduzca, en modo alguno, a este servicio). No puede olvidarse que esa serie de grandes filósofos que son considerados habitualmente como los fundadores de la filosofía moderna (Francisco Bacon, Descartes, Espinosa, Leibniz, &c.) actuaron al margen de la ‘filosofía administrada’, concretamente al margen de la Universidad. Ni Bacon, ni Descartes, ni Espinosa, ni Leibniz fueron ‘filósofos universitarios’”.

“Em todo o caso, será preciso constatar que, em muito pouco tempo, o processo de institucionalização da filosofia iniciado pela academia platônica foi estendendo-se em ritmo constante. Tudo sucedeu como se o próprio poder político houvesse atendido à irônica proposta de Sócrates. Em Alexandria, em Roma, no Império do Oriente (sem prejuízo do parênteses aberto por Justiniano) e, desde logo, no âmbito da Igreja Católica ou do Islam, a filosofia foi institucionalizando-se em formas cada vez mais rígidas, como filosofia escolástica. Dito de outro modo: chegou-se à situação de uma ‘filosofia administrada’ pelas instituições privadas, pelas instituições públicas ou pelas eclesiásticas. Diferentemente da ‘filosofia espontânea’, e, por assim dizer, arbitrária ou assistemática, forma própria do filosofar mundano (a partir da política, da ciência, da medicina, do exercício da advocacia etc.) a filosofia foi ‘submetida’ a uma organização sistemática, a uma ‘programação’, a uma *ratio studiorum*, que não teríamos tampouco porque desqualificar a priori, desde o ponto de vista filosófico. Pelo contrário, a filosofia administrada, como resultado de uma dialética própria, terá contribuído decisivamente para que se alcançasse o rigor e a precisão nas análises das idéias que a história trouxe até nós, e que são inalcançáveis em sua vida mundana. Mas, simultaneamente, a tendência da filosofia administrada a isolar-se da filosofia mundana do presente (que é sempre a sua fonte) e a tendência a apegar-se aos interesses da ‘Administração’, que a incorporou a seus fins próprios, orientará sua evolução em direção a formas anquilosadas e à converterá em veículo meramente ideológico (ainda quando tampouco se [00:30] reduza de modo algum a esse

serviço). Não se pode esquecer que essa série de grandes filósofos que são considerados atualmente da filosofia moderna (Francis Bacon, Descartes, Spinoza, Leibniz etc.) atuaram à margem da filosofia administrada, concretamente à margem da universidade. Nem Bacon, nem Descartes, nem Spinoza, nem Leibniz foram ‘filósofos universitários’”.

Eu acho que há algum exagero no começo desse texto, porque a Academia Platônica não era um órgão que estivesse ligado ao Estado e nem a alguma entidade que estivesse fora dela. Ela era uma entidade autônoma. A Academia Platônica mais se parecia com o Instituto Olavo de Carvalho do que com a USP. Era apenas um grupo de pessoas interessadas. Dentro do contexto político-social grego, a Academia não exercia nenhuma função estatal ou religiosa etc. Era um clube de pessoas que estão interessadas na busca do conhecimento e que acreditam que o mestre que lhes estava a disposição, Platão, era o sujeito adequado para lhes abrir esse caminho.

De qualquer modo, se vê ali um princípio de organização. Esse princípio de organização se vê também depois no Liceu Aristotélico, o qual também não tinha nenhuma função político-social determinada.

Porém, alguns séculos depois, a Igreja Católica assume a função de dirigir o ensino da filosofia. Por quê? Isso acontece pelo simples fato de que o desenvolvimento da teologia católica teve de se expressar mediante termos que colhia da filosofia grega. Ou seja, os teólogos católicos não tinham uma terminologia própria, não tinham um corpo de conceitos pronto no qual traduzir em teses explícitas o conteúdo que podiam discernir no Texto da Revelação. Portanto, tiveram que apelar àquele arsenal filosófico grego, e isso trazia naturalmente ao primeiro plano do interesse geral as relações entre teologia e filosofia.

Mas notem bem que as universidades medievais não se formaram assim. As universidades medievais se formaram exatamente como a Academia Platônica: grupos de aficionados, que chamavam os professores mais ilustres da época e os contratavam para vir viver na cidade.

Como era financiada a universidade? Através das livres contribuições da sociedade. Não só o trabalho da universidade, mas o salário dos professores era financiado através dessas contribuições, que não esperavam receber absolutamente nada em troca. Hoje isso nos parece incrível. Não só o salário dos professores era tirado daí, mas também a subsistência dos alunos estrangeiros, que eu acredito que eram 80%. Numa universidade medieval, somente entre 15 e 20% eram estudantes locais; os outros vinham do exterior e tinham que sobreviver de algum modo. Então era normal que o indivíduo, ao chegar à cidade, procurasse as pessoas ricas e pedisse a contribuição delas para mantê-lo ali.

Isso quer dizer que as universidades não surgem como criações de uma burocracia administrativa prévia. Mas, ao contrário, aos poucos elas vão se incorporando em duas estruturas diferentes: os governos civis e a Igreja. Segue-se depois uma longa disputa entre o papado e os governos locais para ver quem iria mandar nas universidades. Porém, essa disputa só surge a partir do momento em que o acúmulo de estudantes nas cidades faz da universidade um centro de agitação política. Assim, o simples fato de haver num lugar dois mil, três mil, quatro mil estudantes produz ali uma massa barulhenta, difícil de governar, e que pelo seu próprio número e pela sua habilidade intelectual e verbal, acaba desempenhando um papel qualquer na política local. Esse papel inicialmente é autônomo: quer dizer, as universidades são foco de atividade política própria, não estão servindo a ninguém, são um grupo de interesses específico.

A palavra *universitas* inicialmente não tem o sentido de *universitas literarum et scientiarum* (quer dizer, a universalidade das ciências e das letras), mas é a universalidade dos professores e dos alunos, é a

corporação. Junto com outras corporações que existiam (a corporação dos sapateiros, a corporação dos construtores, a corporação dos comerciantes etc.) surge essa corporação dos professores e dos alunos, que representa um grupo de interesses próprio, que não se identifica com nenhum grupo de interesses de uma autoridade externa. Na medida em que os papados e os governos locais percebem isso, então evidentemente é natural que tentassem usar essa nova força política em seu próprio favor: aí começa a institucionalização das universidades.

A partir desse momento, surge o seguinte problema, que não está muito bem explicitado aqui, que é o problema da *ratio studiorum*, quer dizer, a ordem dos estudos. A ordem dos estudos que acaba se consagrando nas universidades não surge pronta, evidentemente. Ela é resultado de uma longa experiência prática. Era a divisão entre disciplinas, a ordem, a seqüência dos estudos, a seqüência das exigências que se deveria fazer, a seqüência de provas a que as pessoas eram submetidas para testar seus conhecimentos – desde exercícios escolares até as chamadas questões disputadas. Nestas, o professor, no topo de sua carreira, se colocava diante de toda a corporação, professores e alunos, para responder a qualquer pergunta que lhe fizessem. Isso aí era o desafio máximo. Só que tudo isso não apareceu pronto, foi se formando aos poucos.

Eu não sei se a formação da *ratio studiorum* deve algo ao processo de institucionalização da universidade, ou se foi um processo autônomo, criado pela própria dialética interna dos estudos que depois foi absorvida por uma Administração. Eu não sou capaz de afirmar nesse momento se a existência de uma *ratio studiorum* é a expressão do fenômeno “filosofia administrada” ou se é uma coisa independente que depois foi absorvida pela “filosofia administrada”. Então, talvez Gustavo Bueno esteja exagerando ao dizer que o fenômeno da filosofia administrada representou algum avanço, porque favoreceu a formação da *ratio studiorum* e, diz ele, contribuiu decisivamente para alcançar o rigor e a precisão nas análises das idéias que a história nos entregou.

Quando você observa o ensino da filosofia na universidade medieval, você vê que a organização mental a que eles chegaram era de fato prodigiosa, e era uma organização coletiva. Aquilo que um estava entendendo, todo mundo precisava entender – e entender mais ou menos nos mesmos termos, eliminar o mais possível a ambigüidade, a obscuridade, em todas as discussões filosóficas. Na prática medieval das disputas, dois alunos eram designados para defender duas posições antagônicas, duas hipóteses antagônicas (que não eram necessariamente a de sua preferência, já que a pessoa que acreditava numa coisa podia ser convidada a defender a tese contrária). [00:40] Primeiro, o aluno era obrigado a expressar de novo o argumento adversário com a maior clareza possível. Em seguida, ele passava a dividir esse argumento nas suas partes constitutivas e nas suas conexões – captar, portanto, a ordem, a estrutura, desde as premissas até as conseqüências. Após, ele dizia qual das partes ele iria contestar – se iria contestar todas elas, apenas alguma premissa, ou alguma conseqüência etc. – e em seguida procedia-se a contestação. O adversário que respondia deveria fazer a mesma coisa.

Basta isso para ver que a exigência de inteligibilidade ela é levada ali ao máximo. A sutileza das distinções a que os escolásticos chegaram quase tornam seus textos ilegíveis para o estudante de hoje. Isso porque são de uma meticulosidade que a filosofia atual desconhece. Mais ainda: embora a terminologia escolástica seja bastante carregada, bastante pesada, não há um termo ali que não esteja criticamente elaborado. Não há nenhum termo ali que você tenha que entender, por assim dizer, poeticamente, pela impressão de significado. Por exemplo, hoje em dia quando você lê Heidegger tem um monte de expressões que são poéticas, e você não sabe exatamente o que ele quer dizer. Quando você lê Nietzsche também. Isso não existia na filosofia escolástica: ali quase não há termos que sejam de definição meramente convencional. Cada termo expressa um conceito que foi criticamente

elaborado, desde as suas primeiras impressões até a sua forma lógica final. Desse modo, é difícil penetrar no universo escolástico, porque é assim: ou você domina tudo ou não domina nada. um simples termo tem toda uma história, e participar dessa história, participar da elaboração crítica era o que os camaradas faziam ali.

Então, nesse primeiro exemplo de filosofia administrada que se encontra na história – que é justamente a filosofia escolástica – de início, trouxe de fato uma contribuição formidável para a filosofia, sobretudo no sentido do esclarecimento crítico. Os escolásticos são os grandes esclarecedores críticos que houve na história. Não deixavam passar nada – nem ambigüidade, nem confusão. Isso aí não era possível. E isso eles conseguiram fazer porque eram muitas pessoas. As apresentações eram realizadas para uma congregação de especialistas, de estudiosos – todos adestradíssimos na filosofia de Aristóteles, na lógica, na semântica etc., e que certamente espremeriam o debatedor até que ele se explicasse nos últimos detalhes. Veja que às vezes o esclarecimento de um simples conceito pode levar 100 páginas, 200 páginas, e isso para eles era brincadeira. De fato, ali aconteceu o que diz o Gustavo Bueno: houve uma contribuição decisiva para que se alcançasse o rigor e a precisão nas análises das idéias que a história nos entregou. Portanto, é na escolástica que se vê pela primeira vez o império da técnica filosófica.

Nós não podemos dizer que existia uma técnica filosófica elaborada antes disso. Nós vamos ver o começo dela em Platão e Aristóteles; porém, como de Aristóteles só nos sobraram os rascunhos de aula, nós não sabemos como ele elaborava aquilo nas aulas mesmo. Todo o texto de Aristóteles é um resumo compactado, e não há como saber de que modo ele procedia em aula. Provavelmente, ele ia muito além do que estava nos escritos. Sendo assim, embora os princípios da técnica filosófica tenham sido lançados por Aristóteles, ela só alcança mesmo uma existência plena justamente na escolástica.

Porém, é incrível ver como a fase criadora, em que a escolástica mostrou de fato um poder, foi de curta duração. Praticamente, é só o século XIII. Depois, à medida que as universidades vão se integrando na administração – ou da Igreja ou dos governos locais –, e que os letrados, os indivíduos formados pelas universidades vão assumindo funções – ou eclesiásticas ou burocráticas –, então a necessidade prática a que todo o ensino passa a tender faz com que naturalmente haja um recuo do senso crítico e a condensação de todo o ensino em fórmulas de fácil transmissão. Isso porque, evidentemente, se não há todo o tempo do mundo para dedicar-se ao esclarecimento crítico dos conceitos – mas é necessário ter rapidamente uma doutrina pronta que oriente na prática, ou que possa ser repetida para os outros –, então tudo tende a se condensar em fórmulas prontas, que gradativamente vão perdendo o sentido. Assim, os indivíduos que passaram a transmitir aquilo já não tinham noção de todo o trabalho crítico que tinha sido feito para chegar-se àquele ponto. Recebiam as doutrinas mais ou menos prontas e não precisavam entendê-las em totalidade. Bastava que repetissem as coisas dentro de uma fórmula que fosse considerada socialmente aceitável pela corporação.

É justamente aí que ocorre o fenômeno que René Descartes percebeu ao aprender a filosofia escolástica – já no século XVII, quatro séculos depois – no colégio de La Flèche, onde estudou com os jesuítas. Ele tinha a impressão de que ele estava dizendo coisas vazias, e que eles mesmos não entendiam o que estavam dizendo. E, de fato, ele tinha razão. Isso porque o trabalho criativo do esclarecimento crítico já tinha acabado. O que havia ali era uma série de fórmulas prontas que podiam ser passadas de geração em geração.

Na Península Ibérica, a força criadora da escolástica durou mais algum tempo. Ela chegou até o século XVIII. Mas, ao mesmo tempo, o intercâmbio criador entre a Península Ibérica e os outros países tinha

cessado. Os outros países aderiram rapidamente às novas modas filosóficas – cartesianismo, spinozianismo, leibnizianismo etc. – e perderam interesse no mundo escolástico. As técnicas escolásticas continuavam sendo cultivadas na Península Ibérica – a qual, para completar o negócio, tinha entrado num período de decadência econômico-política formidável. Isso se deu a partir da destruição da grande armada, quando o rei Filipe manda a frota espanhola atacar a Inglaterra, e a frota é destruída no meio do caminho por uma tempestade. A partir daí, Espanha e Portugal começam a cair vertiginosamente, pois não detinham mais poder político. Nesse contexto, a produção intelectual dos escolásticos simplesmente não teve comunicação com o resto da Europa. Além do que, já estavam falando em duas linguagens diferentes.

Não é necessário dizer que no resto da Europa, onde houve o ingresso das novas modas filosóficas, ocorreu uma perda formidável da técnica de esclarecimento crítico. Analisando a filosofia de Descartes, de Spinoza, nota-se uma multidão de conceitos que são termos que expressam apenas expressões, e nos quais não houve nenhum esclarecimento crítico. É uma filosofia que traz muitas novidades, e que de certo modo desbrava novos continentes, aborda novos assuntos; mas, ao mesmo tempo, é uma filosofia tosca, na qual praticamente todos os filósofos da modernidade, com exceção de Leibniz, manejam conceitos que eles mesmos não entendem.

Por exemplo, ao ler as famosas provas da existência de Deus dadas [00:50] por Descartes – em que ele prova Deus a partir da noção do eu que se conhece a si mesmo – nota-se que ele em nenhum momento revela o menor sinal de perceber que esse Deus com perfeição infinita – que ele deduz da autoconsciência do eu – não tem como ser, ao mesmo tempo, o Deus criador da matéria. Isso porque É somente uma idéia de perfeição. E isso é uma coisa que qualquer escolástico perceberia na primeira: ficou provado que Deus é infinito e perfeito, mas não que Ele criou nada. Esse Deus a que Descartes se refere não tem nada a ver com a matéria. O Deus de Descartes já não é um Deus criador, é apenas um Deus perfeito. E mais ainda: esse Deus passa a ser uma função desse eu consciente de si mesmo. Disso para julgar que Deus é uma criação do eu é só um passo. É uma conseqüência não sei se desejada ou indesejada por Descartes. Hoje, depois de ler o livro do Maxime Leroy, eu começo a achar que foi desejada. Começo a achar que ele tramou a coisa. Mas isso eu não posso provar ainda. Muita água vai ter que correr para tanto.

É neste ponto que Friedrich Schelling diz que, na entrada da modernidade, a filosofia baixou para um nível pueril. O nível pueril se verifica, por exemplo, quando Newton cria a noção de espaço absoluto e tempo absoluto. O espaço absoluto é o espaço sem coisas dentro. E o tempo absoluto é o puro transcurso sem acontecimentos. Qualquer principiante escolástico perceberia o seguinte: ora, o espaço não é outra coisa senão a possibilidade dos corpos; se não há corpos dentro, então o espaço é apenas uma possibilidade abstrata, e não um ente real. Qualquer um perceberia que Newton está confundindo o espaço com o conceito de espaço, e que ele atribuiu ao conceito de espaço as propriedades do espaço real. Para qualquer estudante escolástico isso seria uma coisa óbvia. Do mesmo modo, o tempo é a ordem da sucessão; se nada sucede, não faz sentido falar em tempo. No entanto, Newton cria esses dois conceitos e baseia neles todo o universo da sua teoria do cosmos. Isso quer dizer que essa teoria do cosmos não tem o alcance de um conhecimento da realidade, mas de um sistema de medidas que funcionam. Ainda que todas as medidas estejam certas, não se tem noção de qual é a conexão entre esse sistema e a realidade do objeto do qual se está falando.

E aí passa a acontecer outra coisa: mais tarde, quando Kant ler Newton, ele estará absolutamente persuadido de que aquilo é uma coisa muito importante e valiosa; porém, ele sabe que o sistema de medições exatas das aparências não é um conhecimento da realidade efetiva. Lembre-se do verbo grego

que eu mencionei – que expressa o conhecimento de um objeto no seu processo interior, na sua estrutura dinâmica, da qual se apreende a forma inteligível do objeto de modo a se ter certeza absoluta de que se está lidando com alguma coisa real. Isso é uma coisa. Agora, partir de diferentes fenômenos, diferentes aparências, medi-los, e estabelecer a relação matemática entre eles, não é propriamente um conhecimento: é uma técnica de como se orientar no meio das aparências. Ou seja, o mundo newtoniano é um mundo que nos ensina o que nós podemos fazer dentro do jogo de aparências do universo físico, mas não nos diz nada a respeito da constituição do próprio universo físico. É aí que Kant vai perceber, e ele mesmo vai legitimar, o fenomenismo: a ciência não estuda fatos nem coisas, estuda fenômenos, estuda aparências.

Ressalte-se que o aumento progressivo da precisão na medida das aparências jamais nos dirá o que quer que seja sobre nenhum objeto real. Mas, ao mesmo tempo, aumentará nossa capacidade de ação sobre essas aparências. Por exemplo, o fato de você ser capaz de serrar uma árvore e fazer com ela uma cadeira não implica em que você saiba o que é uma árvore e de onde ela se originou. Do mesmo modo, todo o gigantesco progresso da técnica que se observa a partir daí aumenta a nossa capacidade de ação sobre o sistema das aparências, mas nos afasta formidavelmente da pergunta “*quid?*” – “o que é?”. Isso quer dizer que a própria eficácia do processo técnico às vezes serve como um véu que encobre a realidade das coisas, porque mais facilmente você é capaz de transformá-las em outras coisas do que de compreender o processo interno delas.

Isso também significa que, dentro da nova abordagem, o significado que os entes possam ter dentro da realidade total já deixa de ser um objeto de atenção. É como se na entrada da modernidade o eixo de atenção tivesse mudado completamente. Antes, se via o cosmos como um cenário dentro do qual o ser humano vivia e que tinha de ser compreendido de algum modo por ele – e o compreender significava conectar os vários níveis de realidade, desde o mais baixo e imediato até o mais remoto e abrangente. De certo modo, então, era um esforço de ler a intencionalidade Divina por trás de toda a criação. Esta idéia – “ler a intencionalidade Divina por detrás das coisas” – ainda é usada pelos pioneiros da ciência moderna (Newton, Galileu etc.). Porém, ela tem o seu significado diminuído. Galileu, por exemplo, entende que compreender a intencionalidade divina significa compreender a regra matemática que está por trás do funcionamento das coisas. E essa regra matemática não é senão uma constância repetitiva: os fenômenos sempre se dão desta, desta e desta maneira, e podemos calculá-los com antecedência. O que isso tem a ver com o conhecimento do que as coisas são? Resposta: Nada.

Mas também é evidente que a ciência assim concebida vem de fora da universidade, como explica o Bueno. Os grandes fundadores da ciência moderna não são de fato professores universitários, são estudiosos independentes. Alguns conseguem algum lugar dentro da universidade – é o caso de Galileu, mas ele se dá muito mal lá. Mesmo sendo professor universitário, Galileu não participava da mentalidade geral dominante, pois estava trazendo uma coisa completamente diversa.

Ocorre que essa nova ciência propicia o advento de um novo tipo de filosofia administrada, completamente diferente da filosofia escolástica. Mais ainda: esse novo modelo de filosofia administrada integra o ensino universitário da filosofia em duas estruturas totalmente externas – um, a indústria, e dois, os governos. Desse modo, [1:00] a universidade passa a ser a fornecedora de mão de obra altamente qualificada para a Administração Pública e para a indústria.

Naturalmente, o novo critério de importância de validação dos conceitos passa a refletir os interesses objetivos dessas duas novas colunas do poder que modelavam o ensino universitário. Nós podemos ver, por exemplo, que a integração do ensino filosófico na política acontece mais claramente na Alemanha,

sobretudo durante o período do idealismo-romantismo – quando o professor universitário alemão tem o estatuto de ministro de Estado, e está diretamente sob a proteção do governo. O cargo de professor universitário é um cargo na burocracia estatal – e um cargo de altíssimo nível –, porque se esperava, sobretudo, que o professor universitário fosse o legitimador intelectual do Estado Alemão. Em Hegel isso chega ao supra-sumo: ele coloca a forma do Estado germânico como sendo a maior das criações da humanidade. Milênios de civilização culminam na criação do Estado germânico.

Quando a filosofia se transforma num instrumento da revolução, em seguida, ela ainda está dentro da mesma clave. Não quer dizer que a filosofia se tornou independente do poder político. Não, ela está refletindo uma mutação interna do poder político; ou seja, é um outro grupo que está fora do Estado, mas que pretende tomar posse dele e que se utiliza da filosofia como instrumento para a conquista do poder político. Na mesma medida, sobretudo na Inglaterra, você vê mais a submissão do ensino universitário da filosofia às necessidades da indústria e da economia, e menos às do poder político. São duas evoluções paralelas do ensino da filosofia na Inglaterra e na Alemanha. Mas são então duas formas novas da filosofia administrada.

A filosofia administrada chega ao seu auge na União Soviética, onde todo o ensino da filosofia, em todas as universidades, se integra ao Partido Comunista e ao Estado soviético, e onde existe uma doutrina estatal que deve ser ensinada ortodoxamente a todos os estudantes de filosofia – e são milhões de pessoas. E mais ainda, essa filosofia estatal não orienta só os estudantes de filosofia. Não, ela orienta todos os setores do conhecimento. Ou seja, a interpretação marxista do universo, da história, da vida política etc. prevalecia não só nas faculdades de filosofia, mas nas faculdades de letras, nas faculdades de direito, nas faculdades de ciência. A ciência natural tinha que se expor dentro dos cânones do marxismo, o que, é claro, provoca alguns desastres científicos formidáveis. Cabe citar a famosa genética de Lysenko, que foi oficialmente aprovada por ser marxista, mas que era totalmente furada. Com o tempo, a genética de Mendel ganhou a parada e restou provado que tudo aquilo estava furado. Não obstante, a aplicação das regras da genética de Lysenko na agricultura soviética resultou num desastre econômico fora do comum.

Um processo similar acontece na China, onde a apropriação da filosofia pela Administração chega a produzir, com Mao Tsé Tung, o que eles chamaram de “revolução cultural”. Ressalte-se que a expressão “revolução cultural” possui um sentido na China, e outro quando usada no contexto gramsciano. Revolução cultural maoísta é um movimento que se deu depois da tomada do poder; ao passo que a revolução gramsciana é uma preparação para a tomada do poder. Ambas possuem sentidos completamente diferentes. Se a revolução cultural gramsciana é um processo pacífico e quase imperceptível, quase anestésico de ocupação de espaços, a revolução cultural maoísta é destruição total e violenta da cultura anterior pela atividade organizada da militância. Tal militância era colhida sobretudo entre os jovens. É sabido que as grandes cretinices da história sempre são feitas pelos jovens. Não se vê velinhos incendiando universidades, matando professores. Não, velinhos não fazem isso – quem o faz são moleques de 16, 17, 18 anos. Então, organizaram por lá as brigadas de revolucionários culturais e prenderam, mataram ou marginalizaram completamente todos os intelectuais que tinham sobrado do antigo regime – mas não só os que tinham sobrado do antigo regime, também os que tinham sobrado da primeira geração de revolucionários. Estes agora eram considerados não suficientemente revolucionários, e denunciados então como inimigos do Estado Chinês, inimigos da revolução, inimigos do povo.

Ao mesmo tempo, no Ocidente, se observa que uma boa parte das universidades integra-se dentro do aparato econômico-industrial. Qual parte da universidade? Todas as faculdades de ciências. Assim,

naturalmente, a investigação científica se torna o elemento fundamental para o progresso econômico-social. As grandes fortunas, os bancos, os grandes industriais, financiam a pesquisa científica e esperam que ela dê resultados economicamente vantajosos. Outra parte reflete a apropriação do ensino da filosofia pelo poder político, que pode ser ou poder Estatal, ou poder revolucionário – às vezes as duas coisas ao mesmo tempo. Onde o Estado está fomentando uma mutação revolucionária, as faculdades de filosofia são utilizadas como elemento para disseminar a concepção deste por toda a sociedade.

Hoje, podemos dizer que praticamente toda a atividade filosófica do mundo faz parte dessa filosofia administrada. Em alguns lugares, por uma feliz coincidência, foi possível preservar algo das etapas anteriores – inclusive a escolástica – e fazer com que a atividade filosófica continuasse refletindo algo dos intuitos originários dos fundadores da filosofia. Ou seja, embora a idéia da filosofia administrada se impusesse quase que universalmente, não foi em todo o lugar que ela sufocou o impulso originário da filosofia e submeteu-a a outros critérios e valores. Sempre sobrou alguma coisa. Tem de sobrar de algum modo, porque senão a filosofia perde gás e se condensa numa espécie de sub-escolástica marxista, ou sub-escolástica positivista, ou alguma coisa assim. Na França houve um esforço enorme para transformar o ensino da filosofia num órgão da Administração inspirada positivisticamente.

Por outro lado, você vê que a Igreja, quando inicia com Leão XIII o movimento neoescolástico, está opondo uma filosofia administrada a outra filosofia administrada. Isso com a diferença de que a neoescolástica – como se inspirava numa filosofia anterior que ainda tinha um vigor intelectual formidável – padece menos de limitações externas. Em nenhum momento [1:10] a Igreja policia muito os filósofos neoescolásticos. Entre eles, há uma variedade imensa de posições, que inclusive se refletem politicamente. Dos filósofos neoescolásticos o que alcançou a maior popularidade foi Jacques Maritain, que foi um dos mentores do Concílio Vaticano II e de toda a revolução interna, que terminou por quase liquidar a Igreja. Isso sai do movimento neoescolástico, e por aí você pode avaliar como este movimento não foi propriamente controlado pela Igreja – foi inspirado pela Igreja. Leão XIII faz um apelo a que as pessoas voltem a estudar S. Tomás de Aquino, Duns Scott, os escolásticos todos, e eles atendem ao apelo. Mas, embora se trate de uma filosofia administrada, ela foi administrada, mas não dirigida. Então, há uma série de pontos de convergência entre os vários filósofos escolásticos, mas a variedade de orientações pode ser avaliada, por exemplo, se você pegar um Garrigou-Lagrange e o Maritain: é visível que eles estão indo em direções completamente diferentes.

No final da vida, o Maritain chega a enunciar teses que já são francamente heréticas. Por exemplo, a Igreja Católica tem uma doutrina de que no final dos tempos os judeus se converterão à Igreja Católica e serão, de certo modo, os salvadores da Igreja. Por essa razão, os judeus têm uma missão providencial. Por isso mesmo é que o Papa, creio que Bonifácio VIII, atribuiu aos católicos o dever de proteger os judeus; embora tivesse dentro da Igreja Católica muito camarada que era contra os judeus. Assim, dentro da Igreja sempre houve essas duas correntes, a pró-judaica e a anti-judaica. E o Papado sempre esteve na pró-judaica, isso é importante entender. As tendências anti-judaicas provinham de pessoas menores. O Papado sempre foi o grande protetor do judeus, tanto que quando eles se encrencam no resto da Europa, para onde correm? Correm para Roma, porque sabem que lá o Papa não deixa ninguém mexer neles. O Maritain, em seu entusiasmo pró-judaico, exagera e diz que os judeus são desde já membros do Corpo de Cristo. Isso é evidentemente herético. Não é porque você tem que protegê-los, porque você crê que eles têm uma missão providencial para o fim dos tempos, é que você vai dizer que eles já são membros do Corpo de Cristo, e, portanto, estão salvos desde já. Isso aí é totalmente herético. Só porque você tem a missão de proteger os judeus, não quer dizer que deve-se concordar com tudo o que eles falam.

Quando é visível que tendências francamente revolucionárias e heréticas surgem dentro do movimento neoescolástico, ao passo que dentro do mesmo movimento florescem tendências conservadoras, tradicionalistas etc., então se entende que a filosofia administrada neoescolástica do século XX não foi tão administrada assim. Não obstante, ela se materializava em instituições, escolas e numa *ratio studiorum*, numa ordem de estudos que alcança então no século XX um nível de organização francamente maravilhoso. Eu mesmo tive a sorte de me beneficiar disso quando estudei com o Padre Ladusães?

Na Áustria havia também uma filosofia administrada não tão administrada. A mesma coisa que aconteceu na Igreja Católica aconteceu na universidade austríaca, entre o fim do século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, as universidades estavam diretamente colocadas sob a proteção do Estado – os professores universitários eram funcionários do Estado, e eram muito bem tratados –, mas o Estado austríaco interferia pouco no conteúdo do que estava sendo produzido. Desse modo, a produção da universidade austríaca foi variada e, de certo modo, fecundou todo o universo da fala alemã.

Dado todo o contexto, passa a ocorrer um fenômeno muito, muito estranho. Quando a universidade administrada de estilo marxista começa a falhar, começa a mostrar sinais de debilidade, ainda se tenta renovar o potencial revolucionário das universidades. Faz-se isso pela absorção de outras correntes de pensamento que não eram marxistas – eram até anti-marxistas –, mas que tinham algum caráter explosivo, como por exemplo toda a filosofia de Nietzsche e a filosofia de Heidegger, e também o estruturalismo, desconstrucionismo etc. Tudo isso tem origem externa ao marxismo, mas se incorpora perfeitamente ao espírito revolucionário, de modo que as universidades que estão integradas dentro do esforço da revolução hoje já não têm uma unidade doutrinal identificável. Ao contrário: é um caos doutrinal. Mas é um caos de elementos revolucionários, todos eles tendendo no sentido das revoluções.

Isso também reflete a mudança de estratégia do movimento comunista internacional, que a partir dos anos 80 – na verdade creio que antes, já deviam estar examinando isso desde antes – desiste da idéia do bloco monolítico, desiste da idéia da unidade doutrinal, e aceita um estado de caos, desde que seja um caos criativo e permanentemente explosivo. Essa mudança ocorre graças a vários processos de absorção do que o Gustavo Bueno chama de filosofia mundana – ou seja, aquela que vem de fora da instituição – e também está associada aos movimentos modernista de literatura. Então, grande parte da filosofia mundana é absorvida para dentro do *establishment* e dissolve completamente todos os critérios de esclarecimento crítico dos conceitos: passa então a vigorar o caos total e o amadorismo obrigatório.

Assim, a pessoa que tiver a sua formação intelectual na base de Heidegger e Nietzsche nunca será capaz de fazer esclarecimento crítico de nenhum conceito, porque Heidegger e Nietzsche vivem de criar névoas. O próprio uso abusivo de procedimentos poéticos em filosofia – há trechos de Heidegger e Nietzsche que são poeticamente maravilhosos, mas que você nunca vai saber o que eles querem dizer, porque você pode interpretar de qualquer maneira – dissolve o senso de dever do esclarecimento crítico; então, funciona ao contrário do que está falando o Gustavo Bueno. A filosofia administrada incorpora os elementos caóticos da filosofia mundana e os utiliza para os seus próprios fins políticos.

E esta impossibilidade do esclarecimento crítico chega ao auge com o desconstrucionismo, onde já não há mais referencia à realidade e onde a onipotência do discurso opera sem contestações. A expressão última desse processo é o livro do Ernesto Laclau, [1:20] *Hegemonia e Estratégia Socialista*, no qual ele diz que o discurso revolucionário cria retroativamente as classes que vai representar. Se virmos isso exemplificado no Brasil, note-se que o PT surge como um partido de estudantes e socialites. Naquela

época, o pessoal pobre votava nos candidatos ou da direita ou nos candidatos inócuos, e a elite pensante votava no PT. Eles se gabavam de ser o partido das pessoas inteligentes e cultas, e os outros eram partidos da massa ignorante e manipulada. A partir da vitória eleitoral do Lula em 2002, se cria o tal do Fome Zero – que aliás era um projeto do governo anterior – e é espalhada verba pública entre milhões de pessoas, criando então uma massa de interesses que agora estão vinculados ao destino do PT, do partido governante. Isso foi claramente uma aplicação do processo do Laclau.

O partido revolucionário não expressa necessariamente os interesses de uma classe pré-existente: ele pode criar essa classe retroativamente, através do discurso e da propaganda. Desse modo, todo e qualquer dever de objetividade, de refletir a realidade, já era! Isso porque se trata de criar realidades através do discurso. É quase um processo hipnótico: você não cria propriamente a realidade, você cria impressões coletivas. A conexão entre o programa de um partido e os “interesses” que ele deve representar vira agora uma questão de mágica publicitária, e não a expressão do interesse objetivo.

Quando chegamos nesse ponto, é evidente que a filosofia administrada – em todo o mundo e não só no Brasil – se torna inadequada para a expressão do esforço filosófico real. Isso porque o benefício que podíamos tirar da filosofia administrada consiste justamente no fato de que ela consegue reunir um grupo de estudiosos profissionais e criar um intercâmbio entre eles, e, portanto, consegue criar uma fiscalização crítica mútua que vai aprimorando os conceitos e criando a *ratio studiorum*, a ordem dos estudos. Claro que a aquisição da ordem nos estudos e, portanto, a aquisição da técnica filosófica é uma obrigação para nós. Mas acontece que hoje a filosofia administrada já não é assim, pois já não tem *ratio studiorum* nenhuma – a não ser aqueles elementos remanescentes, que podem ser eliminados progressivamente nos próximos anos.

Dada essa conjuntura, o que nós podemos absorver de *ratio studiorum* é o que podemos absorver de outras épocas: a ordem de estudo que prevaleceu em certos momentos em que a filosofia administrada efetivamente ajudou a aprimorar a técnica filosófica – como aconteceu entre os escolásticos, como aconteceu no idealismo alemão, como aconteceu depois na escola fenomenológica, ou como acontece hoje nesses pequenos círculos de estudiosos inspirados por grandes pensadores criadores, como Bernard Lonergan, Zubiri, Eric Voeglin etc., mas que são exceções dentro do conjunto.

Porém, ainda continua existindo uma *ratio studiorum* na área que está ligada às ciências e, portanto, à economia e à indústria. É justamente a tradição da filosofia analítica, neopositivismo etc. Ali há efetivamente uma *ratio studiorum*, há uma consciência terminológica comum. Mas o conjunto reflete a idéia de tomar as medições fenomênicas como se fosse a única realidade acessível a nós. Então, o conceito que essa gente tem de realidade é de que esta consiste de aparências fenomênicas medidas com exatidão, e fora disso não podemos conhecer mais nada. É claro que essa posição é auto-contraditória, é absurda, mas como é sustentada no poder econômico e na indústria, então se torna difícil vencê-la, porque ela expressa os interesses mais poderosos do momento.

Veja, mesmo dentro do campo marxista, revolucionário, existe a necessidade da formação dos técnicos habilitados para trabalhar nos vários setores da pesquisa, da ciência etc. Sendo assim, nem mesmo dentro duma área marxista você pode desistir totalmente dos preconceitos positivistas, que orientam o que hoje nós chamamos de ciência.

Claro que, como já expliquei, o simples uso da palavra ciência para designar este modo específico de abordagem da realidade – que é o fenomenismo – é um abuso, é uma usurpação. Isso porque o fenomenismo, por um lado, se baseia na idéia de que nós nada podemos conhecer, a não ser as relações

entre fenômenos, ente aparências; porém, por outro lado, as conclusões a que chega nesse estudo das aparências são impostas como se fossem traduções da própria realidade. E são proibidas quaisquer perguntas que vão além desse domínio. Uma das conseqüências disso é que, dentro dessa área de ensino, moldada pelo fenomenismo, os textos da filosofia antiga e medieval se tornam incompreensíveis. Daí a tendência que surge nesses meios de apagar a história medieval e antiga, e estudar os filósofos somente a partir de René Descartes, ou Francis Bacon, como se tivessem surgido do nada. Aqui nos EUA houve formalmente essa proposta, de que não teriam mais que ensinar o que veio antes; a filosofia começa com Descartes, Bacon etc. É claro que assim há uma perda completa da perspectiva histórica e a imposição de uma impossibilidade de entender o processo histórico.

Muito bem, vamos fazer uma pausa, daqui a pouco nós voltamos.

Então vamos lá. Aqui nós temos várias perguntas. Mas antes de adentrá-las, eu queria complementar alguma coisa a respeito do que dissemos na primeira aula.

O senso da forma literária é uma coisa absolutamente indispensável para o senso filosófico. Em primeiro lugar, porque sem o senso da forma estética, você não vai ter jamais o senso da forma lógica, e muito menos o senso da forma ontológica dos seres. Sem o senso literário, pode tirar o cavalo da chuva que você não consegue o senso filosófico. É perceptível quando as pessoas perdem o simples sentido do ouvido literário. Não sabem mais perceber se uma frase soa bem ou soa mal, se aquilo está de bom gosto ou de mau gosto. Quando se perde isso, [1:30] todas as faculdades superiores da inteligência estão afetadas, todas elas.

E em segundo lugar, é somente uma longa prática das letras humanas que lhe permite um dia perceber o que há de específico nas letras divinas. Muita gente acha que não deve ler literatura, porque isso é uma coisa mundana, e só deve ler a Bíblia. Eu replico que o discurso divino tem algumas propriedades muito específicas, que são só captáveis se o indivíduo tiver realmente o senso das letras humanas. Tal discurso se revela pouco a pouco e abre um universo que vai tão, tão, tão infinitamente além de tudo, e de todas as preocupações literárias... Mas isso só será percebido se se tiver as preocupações literárias em primeiro lugar. Então – como dizia S. Tomás de Aquino – nós escrevemos com palavras, Deus escreve com palavras e coisas, e fatos. O alcance da Escritura Sagrada vai muito além do aspecto literário dela, na precisa medida em que aquilo não é apenas uma coisa que foi dita por alguém para alguém; aquilo é algo que está acontecendo realmente. Não só que aconteceu historicamente, mas que volta a acontecer inúmeras vezes, não só na alma do crente, mas no mundo exterior.

Você pode fazer uma experiência: pegue um verso qualquer da literatura e experimente repeti-lo milhões de vezes na sua cabeça para que você veja o que acontecerá. Acontecerá que aquilo pode modificar você um pouquinho, pode te persuadir de alguma coisa, ou desenvolver um hábito em você. Mas coisas como a prece perpétua da Igreja Ortodoxa provocam modificações que vão muito além de você: provocam modificações no meio ambiente, no meio social, coisa que transcende infinitamente sua capacidade de ação e a capacidade de ação do escritor. Uma coisa é tudo aquilo que se pode apreender da leitura; mas, de algum modo, a Escritura Sagrada não é objeto de leitura – é outra coisa que te leva para outra dimensão. Mas eu creio que não se aproveita bem tal dimensão, pois ela não é captável, não é vivenciável conscientemente. Por exemplo, se você lê São Paulo Apóstolo, verá porque ele é considerado mundanamente um escritor maravilhoso, um homem que tem uma força retórica fora do comum. Mas ao mesmo tempo, as cartas dele têm um poder de atuação sobre a alma humana que vai muito além do que nenhuma retórica poderia obter.

Em todos os casos, o adestramento nas letras humanas é sua obrigação. Se você quer entender o que outras pessoas disseram, terá que elevar o domínio da linguagem até o máximo possível. Contudo, isso tem sido sistematicamente negligenciado por todo mundo no Brasil. As pessoas realmente perderam o senso, o gosto literário, todo mundo escreve mal. Por exemplo, alguém perguntou se eu estava me referindo a alguma tese universitária feita por algum aluno em particular. A resposta é não: eu recebi várias teses de alunos, e algumas delas são de muito valor – mas é um valor que está potencial, um valor que pode ser puxado de lá de dentro. E somente o será quando essas pessoas aprenderem a escrever, porque todas essas teses estão horrivelmente escritas. Horríveis. Estou me referindo não a alunos de outros cursos, mas a alunos deste curso. A destruição da língua portuguesa no Brasil, a destruição da alta cultura é uma coisa que não tem efeitos só em volta de vocês, vocês são vítimas disso internamente. Vocês simplesmente não foram adestrados para. O Bruno Tolentino dizia: perdeu o ouvido. Vejam aquelas análises críticas que o Bruno fez das traduções dos irmãos Campos – Haroldo e Augusto de Campos – e notem que aqueles camaradas que tinham um enorme prestígio universitário eram umas pessoas de um mau gosto horroroso. Eles viviam procurando trocadilhos só para arranhar ouvidos. Não tinham realmente o senso da linguagem poética. Nenhum, nenhum, nenhum. Dos leitores meus que escrevem poesia, há uns 3 ou 4 que têm um talento verdadeiro. É notável que o sujeito tem força, mas a forma é sempre capenga, no fim das contas. Nem o senso da métrica as pessoas tem mais. Eles não sabem mais contar sílabas. Então, num soneto, um verso tem 11 sílabas, o outro tem 10, o outro tem 15... O que é isso? Perderam o ouvido. É um fenômeno cultural, que, se estivesse apenas fora de nós, já seria catastrófico; mas para todos vocês que estão entre 20 e 30 anos, ou entre 15 e 35 anos, todos foram profundamente afetados por isso, porque esta é a linguagem que vocês ouvem.

No Brasil não há mais uma linguagem literária. Você alcança uma linguagem literária quando alcança uma perfeição formal e ao mesmo tempo uma naturalidade oral. Encontra-se isso, por exemplo, em alguns autores das décadas de 40 e 50, como Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Herberto Sales. Eles tinham chegado ao ouvido quase perfeito. A forma das sentenças era muito bonita e ao mesmo tempo tinha a naturalidade como se fosse da fala popular. Esse aí tem de ser o ideal de toda a elaboração literária. É fácil você criar belezas formais, mas afastando-se muito da linguagem oral. Quando você lê aqueles autores do Siglo de Oro espanhol – como Góngora e outros –, vê-se que os versos eram muito bonitos, mas, em primeiro lugar, não queriam dizer absolutamente nada, e, em segundo lugar, eram terrivelmente esquisitos. Eles não são modelos para ninguém. Quando depois disso você lê Shakespeare, nota-se que a forma era absolutamente perfeita e que parece que os personagens estão realmente falando. Quando ele retrata Júlio César, parece Julio César falando. Eu não conheci Júlio César, mas eu imagino que ele era mais ou menos daquele jeito.

Isso se perdeu completamente no Brasil. Ou fica capenga, tosco, quebrado, ou fica pedante artificial. Nós temos que reconquistar a linguagem literária. E, notem bem, só vocês podem fazer isso. No Brasil não há mais ninguém que possa fazer. Fora do círculo de alunos deste curso, não há ninguém preocupado com isso. É obrigação de vocês. Como é que se faz isso? Leia boa poesia, boa literatura o dia inteiro. Você verá o rendimento que isso vai lhe dar depois na leitura de textos filosóficos. Agora, um excesso de leitura de textos filosóficos antes de possuir esse domínio da linguagem é um desastre.

Aluno: O senhor poderia indicar livros sobre a universidade medieval, a ratio studiorum?

Olavo: Posso. Em primeiro lugar, tem o livro do Jacques Le Goff, *Os intelectuais na Idade Média*; e em segundo lugar, os volumes referentes ao período medieval na *História da Educação* do Ruy Afonso da Costa Nunes. A partir desses dois, você vai pegar bastante coisa. [1:40] Também nos escritos do Ernest Robert Curtius sobre o período. Inclusive, existe uma tradução em português, do Instituto

Nacional do Livro, da obra principal dele sobre literatura medieval. É uma coisa que talvez seja difícil de encontrar. Talvez possa ser encontrada em sebos. Chama-se *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Esse é um clássico.

Aluno: Esse anquilosamento da filosofia quando institucionalizada parece-me um vício original, não da filosofia, mas da ação humana que busca organizar uma coletividade, cujo objetivo seja o estudo da filosofia, visto que conduz sempre ao mesmo dilema: ou estabelecer uma ratio studiorum com o rigor que busque impedir a dispersão da mensagem original, mas que dá na perda dessa mensagem pelo seu enrijecimento, ou por temor dessa consequência negligenciar essa ratio, e, por isso mesmo, perder o sentido original da mensagem, que se dissolveria no caos. Para esse mal qual lhe parece ser o remédio, se houver?

Olavo: Olhe, eu acho que o remédio é você não desistir nem de uma coisa nem de outra. Haverá duas tendências opostas. Por um lado, a tendência organizadora, e, por outro lado, uma tendência de manter ou conservar a fecundidade da inteligência, através da abertura aos fatos do mundo e a tudo aquilo que você não compreende – e não se fechar na parte que você compreende. A função do irracional e do absurdo é claro que são funções fecundantes. Aristóteles dizia que o conhecimento começa do espanto. Se você possui um sistema explicativo universal que o amortença para tudo aquilo que está fora dele, então você perdeu a capacidade do espanto. Você perdeu a capacidade filosófica. É preciso que o esforço de organização da mente venha em paralelo com a abertura a tudo aquilo que é estranho, incompreensível – e assim nem desistir nem de uma coisa nem da outra. O esforço de uma geração só vale se ele tiver um aspecto tensional.

Você não vai chegar a uma organização total e à solução de todos os problemas. Ao contrário, nós estamos vivendo dentro do caos e estamos continuamente tentando organizá-lo. De certo modo, a nossa época favorece isso, porque os acontecimentos espantosos, incompreensíveis e caóticos nos perseguem todo dia. Quando você acha que está entendendo tudo, de repente vem um fato novo que bagunça tudo aquilo. Então essa tensão, de certo modo, está colocada na própria ordem das coisas. A coexistência da abertura para o que é novo e incompreensível com o esforço de organização nos é, de certo modo, imposto pelo próprio curso dos fatos. Então é só seguir esse curso dos fatos e você acertará; o caminho das pedras que existe é somente este.

Aluno: Recentemente desisti do mestrado em ciências sociais. Desde o início era nítido que não conseguiria me acostumar com o ambiente. Todavia, por possuir uma mísera bolsa, tentava arrumar uma justificativa para conseguir terminar a dissertação, já que tinha desistido da vida acadêmica... pararara... Então a partir do texto “Algumas regras de moral prática concernentes à vida intelectual” papapapa a partir da reflexão desse texto, decidi sair do mestrado, pois tinha plena consciência que não tinha o domínio da linguagem. Assim, ajoelhei, rezei, pedi a Deus que me ajudasse que precisaria de um emprego para me sustentar. A partir disso, consegui o emprego... papapa... com a empresa de um aluno do curso de filosofia...

Olavo: Muito bem, qualquer emprego que ponha dinheiro no seu bolso é melhor do que o emprego de professor universitário, cujo salário não justifica os sacrifícios morais e as humilhações a que você vai ter de se submeter, e, sobretudo, não justifica a perda de tempo. É muito melhor se você dedicar duas ou três horas por dia ao seu estudo e à sua produção intelectual fora do seu trabalho, do que você dedicar 10 horas por dia ao emprego universitário que não vai te dar absolutamente nada.

A vantagem do emprego universitário é que ele te coloca no meio de pessoas que estão interessadas na mesma coisa. É um meio social. Porém, o meio social universitário é o da filosofia administrada, cujas finalidades são demasiado estreitas para os nossos objetivos. E este mesmo curso que eu montei aqui propicia esse encontro das pessoas, essa convivência com pessoas interessadas. Então, nós temos aqui mesmo o meio social – e um meio social muito mais saudável do que o que você pode encontrar numa universidade.

Note bem, eu mesmo nunca tive esse meio social. Eu criei uma situação para vocês que eu mesmo nunca tive. Tirem proveito dela. E este é o exemplo: ajudem-se uns aos outros. Não só no debate de idéias, mas também na prática. Se você tem uma empresa, vai abrir emprego, de preferência aos seus colegas. Você está ajudando a sustentar a possibilidade da vida intelectual no Brasil.

Aluno: O pessimismo ou otimismo que alguns sistemas filosóficos assumem são imperfeições, meras disposições pessoais do filósofo, ou podem ser filosoficamente legitimados? Quais exemplos de superação desse possível bairrismo podem ser considerados na história do pensamento?

Olavo: Nós temos que dizer, como o Georges Bernanos, que o otimista e o pessimista são como o gordo e o magro da filosofia. E qualquer perspectiva pessimista ou otimista pode ser sempre justificada com um milhão de argumentos, e de certo modo sempre terão razão. Dependendo dos aspectos da realidade que você decida enfatizar, você chegará a conclusões otimistas ou pessimistas. Mas eu não creio que o pessimismo ou o otimismo possam dar alguma conta da estrutura da realidade – mesmo numa perspectiva de eternidade. Ora, a eternidade implica também o juízo final, a condenação de um bando de gente ao inferno; você não vai ficar muito otimista diante disso. Essa coexistência de pessimismo e otimismo também é uma coisa da qual você não deve desistir. Pessimista ou otimista? As duas coisas, que isso jamais terá solução e isso faz parte da dialética normal do sentimento, uma perante uma realidade, que é composta e às vezes auto-contraditória na sua própria estrutura.

Ontem me fizeram a famosa pergunta de por que Deus admite o mal no mundo. Esta pergunta parte do princípio de que o mal não devia existir, e de que seria possível inexistir o mal no mundo. Se um Deus infinito cria um mundo inverso, finito, qual é a possibilidade de que o Bem divino entre ali na sua totalidade? Essa possibilidade inexistente. Portanto, a existência do mal no mundo é uma necessidade absoluta e não tem de ser explicada. Aquilo que não pode ser de outro jeito não tem de ser explicado nem justificado. Da existência do mal e do próprio absurdo no mundo não há como escapar. Deus está presente no mundo? Ele está, mas não está presente em sua totalidade. A maior parte do Bem divino só pode existir numa esfera de eternidade, e não de temporalidade e de limitação espacial.

Agora, como nós estamos conscientes da nossa imortalidade, nós também estamos conscientes de outra coisa: no mundo existem realidades que são temporais; realidades temporais surgem num dia e somem no outro dia – nascem, crescem, morrem e desaparecem. E existem coisas que são eternas; coisas que nunca começaram e nem vão terminar. Exemplo disso são as relações que a aritmética elementar expressa. $2 + 2$ vão continuar dando 4, mesmo quando esse mundo não existir mais. Um triângulo continuará tendo três lados indefinidamente. Então, nós entendemos facilmente que existem coisas temporais e coisas eternas. Aspectos temporais e [1:50] outros aspectos eternos. E o ser humano? O ser humano não é uma coisa nem outra. O ser humano começa e não termina. Ele não é nem temporal nem eterno. Eterno é aquilo que sempre foi e sempre será, independentemente da passagem do tempo. Temporal é aquilo que só existe dentro do tempo. O ser humano é uma terceira espécie de coisa.

Essa terceira espécie de coisa é uma contradição. Nós não temos como resolver logicamente esse problema. A condição humana se impõe a nós não como uma teoria que possa demonstrada, explicada, mas se impõe como um fato. E esse fato nos diz algo a respeito da estrutura contraditória da própria realidade finita. Tudo aquilo que é finito contém uma contradição em si. Não há como escapar disso. É por isso que nós não podemos resolver a disputa entre Heráclito e Parmênides, porque os dois têm razão. Um diz “o ser é eterno e imutável”, o outro diz “tudo muda”. Eu digo “bom, as duas coisas acontecem”. Platão já elaborou esta questão até onde era possível elaborar. Você só pode resolver este problema dentro de uma concepção que admita diferentes níveis de realidade.

Quando você entende a diferença entre os vários níveis, ainda assim, quando alguma questão surge e parece ter um impacto moral, tal questão toma posse da sua mente de uma maneira quase hipnótica, e tudo aquilo que você sabia sobre os planos de realidade parece que desaparece no momento, e você é sacudido pela emoção do problema. E essa questão do mal no mundo, principalmente quando nós o vemos – quando não estamos apenas pensando no conceito do mal, mas estamos vendo o mal – paralisa nossa inteligência por certo momento, e, como nós desejaríamos que aquele mal desaparecesse, nós começamos a raciocinar como se fosse possível um mundo sem mal.

Não é possível um mundo sem mal, só é possível a eternidade sem mal. Então por que é que nós estamos estranhando que existe o mal no mundo? Houve um autor maravilhoso no século passado – não chega a ser um filósofo, também não chega a ser um teólogo, é um escritor religioso, chamado Antoine de Saint Bonnet – que diz o seguinte: “o ser humano vem do infinito, é criatura do infinito, mas é colocado num mundo finito. Nesse mundo finito, ele adquire uma história, adquire um eu, uma consciência de um eu, e uma memória. Depois disso, ele pode ser reintegrado no infinito, mas conservando a sua diferença pessoal”. Essa é exatamente a situação em que se vêem as almas imortais depois dessa vida. Elas têm uma espécie de abertura para a infinitude, mas conservam a sua individualidade. Por isso, São Tomás de Aquino diz que “no Céu estaremos fundidos, mas não confundidos”. Não há mais separação espacial; portanto, não há mais esse senso agudo e extremo da diferença individual que nós temos no plano terrestre. Mas a individualidade se conserva.

Eu não estou dizendo isso pra explicar porque que Deus fez isso ou aquilo. Mas o fato é que foi assim que Ele fez. Então, eu recomendo que você não procure na esfera do mundo atualmente existente a explicação para algo que só tem explicação na esfera da infinitude, da eternidade.

Quando os primeiros gnósticos chegaram à conclusão que Deus deveria ser mal, porque ele permitia tanto mal no mundo, eles esqueceram de perguntar “mas esse mal se propaga por toda a eternidade?”. Ou, ao contrário, eles estão querendo que todo o Bem da eternidade se comprima dentro deste mundo terrestre e histórico? Num caso, está-se falseando o problema, e no outro está-se mentindo. Desse ponto de vista, a presença do mal do mundo é uma necessidade inerente à própria estrutura do mundo físico existente.

Não acredito que isso seja um problema filosófico sério. Um problema filosófico sério é aquele que dá trabalho para as melhores inteligências durante séculos. Agora, este problema é resolvível na hora, mostrando que a pergunta em si é absurda. É aquilo que diz o Julián Marias: “o mundo não é o paraíso, meu Deus do Céu!”. O mundo é uma coisa, o paraíso é outra.

Olavo: O Jaime Neto pede que eu divulgue aqui os livros que devem ser lidos e apresentados no núcleo de estudos estratégicos. *The anatomy of communist takeovers*, Thomas T. Hammond; *KGB Lexicon*, Vasiliy Mitrokhin; *Secret forces: the technique of underground movements*, F. O. Miksche – ele diz

que não tem essa obra no arquivo do núcleo, então precisamos fazer um pdf e colocar lá; Influence?, Peter?; “Dezinformatsiya”, Richard Schultz e Roy Godson. Está feito aí.

Aluno: Quando leio poetas...

Olavo: Essa pergunta é muito importante!

Aluno: Quando leio poetas como Jorge de Lima, acabo encontrando versos que não parecem se relacionar com uma experiência externa – ao menos não ao primeiro golpe de vista –, mas que parecem oferecer uma certa ordem de imagens, que causam em mim o mesmo efeito que uma música causa. Eu não sei quais são as experiências externas de uma música experimental, mas eu sinto e me emociono com a unidade daquilo. Exemplos de versos assim são “por que quisestes, ó grávida ternura, abortar nestas pedras teu menino?” (...) “E nem digas, ó vale, que hospedastes esses bois de chavelhos musicais” (...) Ou então “Era um cavalo todo feito em lavas, alastrados de insânias esbraseadas, pelas tardes sem tempo ele surgia e lia a mesma página que eu lia”.

Olavo: São visões apocalípticas que Jorge de Lima está descrevendo aqui. Claro que isso não corresponde a nenhuma experiência externa, mas de fato há uma confusão de imagens que aparece na alma do poeta quando ele evoca o fim do mundo. Eu não vejo como o fim do mundo pudesse ser descrito em termos que correspondam à nossa experiência externa agora. Mas de qualquer modo, há uma vivência apocalíptica das mais sérias em Jorge de Lima. Esses versos são extraídos de “Invenção de Orfeu”, que é um dos grandes poemas da língua portuguesa. O que ele está expressando aqui não são experiências sensíveis. São experiências imaginativas que só chegam a ele mediante a própria fórmula verbal em que ele estrutura isso. Você poderia talvez transformar isso em imagens, no sentido visual da coisa, mas você estaria fazendo uma outra obra de arte.

Aluno: A experiência com esses versos também é válida e benéfica?

Olavo: Mas é claro que é. Se você quiser imaginar o caos do fim do mundo, eu recomendo a leitura do Jorge de Lima. Está tudo ali.

Aluno: Na aula passada eu fiz uma pergunta, mas infelizmente o senhor não teve tempo para responder. Max Beer, no seu livro A History of British Socialism, diz que Thomas More foi uma das maiores figuras do socialismo britânico, e que seu livro “Utopia” é uma apoteose da razão e da ética teísta. Em seguida, ele diz que a utopia de More é a aplicação da ética e política dos patriarcas da Igreja e da filosofia humanista, a maior ? [1:58:51] secular, a organização na sociedade humana. Ainda, na edição da Martin Claret do livro “Utopia”, há um ensaio que diz “em More, o epicurismo é defendido de maneira indireta, através da evidente simpatia com que retrata a vida em uma imaginária ilha chamada Utopia, cujos habitantes acham estupidez não procurar o prazer por todos os meios possíveis. A virtude para eles consiste em escolher entre duas volúpias a mais deliciosa, a mais picante”. Todos esses comentários me parecem absurdos.

Olavo: E de fato são totalmente absurdos, porque a *Utopia*, de Thomas More, como *A República*, de Platão, não é uma proposta política, não é uma proposta duma nova sociedade: é uma especulação imaginativa a respeito do mero conceito de sociedade perfeita. E More não deixa de ilustrar ali toda a impossibilidade intrínseca da coisa, e todas as suas contradições. Como o próprio Platão, ele mostra que se você conceber a sociedade mais, mais, mais, mais perfeita, ainda assim ela terá em si o germen de sua própria destruição. Então como é possível ler essas coisas como se fossem propostas políticas,

como leu o [2:00] Karl Popper? Karl Popper lê assim. Claro, pessoas que estão interessadas em propostas políticas imaginam que todo mundo está fazendo proposta política.

Outro dia não veio um sujeito me perguntar se eu sou a favor do governo teocrático? Eu digo “olha, nunca na minha vida eu tinha pensado numa coisa dessas”. Governo teocrático significa o seguinte: a Igreja manda no governo e cria uma sociedade cristã. Mas para que criar uma sociedade cristã? Você pretende que a sociedade salve a alma? As sociedades não são julgadas no juízo final, quem são julgadas são as pessoas. Então, você pode criar uma sociedade cristã e estar cheio de pessoas anti cristãs lá. Quer dizer, é uma coisa totalmente imprática, absurda.

E mais ainda, todas as propostas de sociedade cristã que eu vi contêm um forte elemento de mentalidade revolucionária. O que é mentalidade revolucionária? É um futuro utópico a ser realizado mediante a concentração do poder. Então, tanto faz que esse poder esteja concentrado nas mãos do Partido Comunista ou da Santa Madre Igreja: vai sair besteira dos dois modos. O que é importante não é que o governo, a sociedade política seja cristã. O que é importante é que haja bastante pessoas cristãs na sociedade. Não que elas vão modelar o Estado à imagem e semelhança da fé cristã, mas elas simplesmente vão impedir certos excessos.

Note bem: na alma individual humana, o que a religião vai fazer pelo indivíduo? Vai transfigurá-lo magicamente numa pilha de perfeições, num tesouro de perfeições divinas? Não. Simplesmente vai atenuar e moderar o pecado nele. Confira na Bíblia os personagens que Deus considerou perfeitos. Todos eles estão cheios de pecados. Esse Deus considerou perfeitos Abraão, Davi, Salomão. Ele não eliminou o pecado, não fez dos camaradas jóias onde está tudo limpinho. Não é assim. Do mesmo modo, na sociedade, a Igreja não existe para impor perfeições à sociedade, mas para moderar, atenuar a prática do mal, de modo que as pessoas possam ser salvas. É só isso.

Mesmo dentro do período medieval, período de hegemonia católica, a Igreja não exercia o poder. O poder temporal era independente da Igreja. A Igreja o inspirava, o fiscalizava, o criticava, e às vezes apoiava – mas ela não o exercia diretamente. Falar de governo teocrático na Idade Média é coisa de ignorante. O que você quer dizer, que Carlos Magno era Papa? Os Imperadores eram Papas? Ao contrário: o conflito do Império e da Igreja era a tônica, era o elemento permanente da história medieval. Não era um governo teocrático de maneira alguma. Era um governo civil inspirado – e às vezes apoiado, às vezes combatido – pela Igreja. Isso é o máximo que dá para fazer.

Aluno: Pelo que entendi, nós devemos criar estruturas fora da universidade que permitam o desenvolvimento de uma ratio studiorum sem as limitações a que a universidade está sujeita. O que são essas estruturas exatamente? O que elas devem proporcionar ao grupo? Quais devem ser as suas atividades? Estamos falando de organizações como o Instituto Olavo de Carvalho?

Olavo: Perfeitamente. Deveria haver duzentos Institutos Olavo de Carvalho. Não precisa chamar de “Olavo de Carvalho”, pode chamar de Instituto Zézinho da Silva que está tudo bem. Mas que têm de existir, têm de existir. E nós temos que criar muitos desse e fortalecer os que existem – e criar um sistema de apoio mútuo.

Aluno: tenho alguma dificuldade para enxergar os ganhos que o trabalho em grupo pode proporcionar para quem como eu está no início de uma formação filosófica, já que geralmente as coisas que consigo aprender aprendo sozinho.

Olavo: é verdade. Você aprende sozinho. Porém, se não tivesse o grupo, como é que as informações iam chegar a você? O Simples intercambio de livros já ajuda.

Ademais, nós não chegamos ainda no ponto onde nós podemos ter discussões, podemos ter algo similar à disputa medieval. Pretendo chegar nisso algum dia, ainda dentro desse curso. Mas eu acho que ainda não está na época. Na verdade, todo o meu esforço aqui, desde o começo até hoje... Imagino que o ensino de filosofia tem primeiro uma fase inspiracional, tem de insuflar nos alunos uma esperança, uma confiança e um desejo. Depois você passa para a fase instrumental, em que são dados elementos técnicos etc.

Neste curso aqui, eu já fui várias vezes para a fase instrumental e voltei para a inspiracional. Por que eu faço isso? Porque vocês estão na sociedade brasileira: a sociedade brasileira é entrópica. Isso significa que qualquer informação diferencial que você introduza é rapidamente dissolvida, ou transformada, ou rebaixada de nível, para se transformar ou numa redundância, ou num produto material, ou num chavão. E daqui a pouco tudo aparece invertido. Então, a sociedade está continuamente apagando da sua cabeça tudo o que você aprendeu. É incrível o tempo que se leva para ensinar qualquer coisa a um brasileiro. Mesmo o mais inteligente e o mais bem dotado deles.

E nos debates públicos, então? Algum de vocês acompanha a minha atividade jornalística? Agora eu li, por exemplo, o que está acontecendo no Rio de Janeiro, essa violência toda. Eu digo que já expliquei tudo isso com 16 anos de antecedência – porquê é assim, porquê isso ia acontecer, remontando à origem do Comando Vermelho, que se origina na prisão da Ilha Grande, sob a influência dos intelectuais de esquerda. Quando você lê o livro do chefe do comando vermelho, William da Silva Lima, já está lá, com 20 anos de antecedência, o plano de unificação de todas as quadrilhas e de transformação do banditismo em força revolucionária. Já está tudo lá. Quando acontecem essas coisas e as pessoas estranham como se fosse uma novidade, eu falo “mas, escuta, eu já disse a você que isso ia acontecer necessariamente. Não tem saída, isso vai continuar crescendo, e não há solução para isso, exceto se você agir acima dos mentores”.

Porque o pessoal pensa em duas coisas: pensa primeiro no bandido atuante, o ativista, o cara que pega a metralhadora; e pensa no organizador prático, que é o sujeito que ganha dinheiro com isso. Só pensa nessas duas coisas. Mas escuta, e o poder intelectual por detrás da coisa? Da onde saiu a concepção inteira? Você tem de remontar aos caras que criaram a concepção e que continuam alimentando essa gente com elementos ideológicos e estratégicos. Se não tirar esses do caminho, meu filho, a coisa se reproduz – porque os ativistas sempre aparecem e o pessoal do dinheiro sempre aparece. Sempre tem alguém que quer ganhar dinheiro com a jogada e sempre aparece algum idiota que tá precisando de um emprego, e faz as contas: se eu arrumar um emprego de office-boy, vou ganhar um salário mínimo por mês; se eu trabalhar de aviãozinho para os traficantes, vou ganhar 10 salários mínimos por mês; o que é vantagem? Eu vou no narcotráfico. Tudo isso está mais do que explicado – e não adianta, eu não consegui criar sequer uma discussão pública a respeito. Eu coloco lá a informação, a informação é dissolvida. As pessoas transformam aquilo em outra coisa.

Vou dar um exemplo para vocês. Minha mulher está tendo uma discussão na internet sobre aborto, e ela colocou a seguinte coisa: todo o problema consiste em saber se o feto é um ser humano ou não. Então, deve-se perguntar ao abortista “você tem certeza absoluta de que o feto não é um ser humano? Absoluta?” [2:10] 99% dos abortistas vão dizer não. Se você não tem certeza de que ele é um ser humano, você não sabe se aquilo é um homicídio ou não. Logo, você não tem o direito de praticar levemente um ato que tem grandes possibilidades de ser um homicídio. Ou seja, contra o aborto não

se precisa provar nada. É o abortista que tem de provar a tese dele. Daí as pessoas que estão discutindo com ela respondem mil e uma coisas: “não, mas a lei é a favor do aborto, e é um avanço social”, “não, porque o aborto diminui a criminalidade”. Mas espera aí. Vamos voltar ao ponto.

A fórmula mesma do problema é dissolvida tão logo enunciada em outros aspectos, e nunca se chega àquele ponto. Por quê? As pessoas sabem que se elas tentarem responder esta pergunta, elas vão ter que admitir o que elas já sabem perfeitamente bem. Então o cérebro automaticamente procura uma via de fuga. Sair da pergunta central e pegar um aspecto periférico.

Então, por exemplo, a questão do banditismo deve ser resolvida pela violência ou pela paz? Começam a discutir isso aí. Eu digo “mas escuta meu filho, meios pacíficos ou meios violentos são meios para alguma coisa, para a consecução de um plano. Qual é o plano? Não tem plano! Se não tem plano, meu filho, então tanto faz – se você fizer violência, não vai resolver, e se for por meios pacíficos, também não vai resolver”. O plano significa você entender qual é o desenvolvimento interno da coisa, qual é a lógica interna dela, e cortar o processo em certos pontos onde ele não possa se consumir. Por exemplo, todo mundo sabe que a cocaína distribuída no Brasil vem todinha das FARC. A produção é toda das FARC. Se cortar o contato com a FARC, acabou o narcotráfico. Também todo mundo sabe que não existe narcotráfico se você não consumir drogas. Então, se você não criminalizar o consumidor você nunca vai acabar com o problema de droga. Nunca, nunca, nunca. Dizendo que é proibido vender, mas é permitido comprar, cria-se uma impossibilidade pura e simples. Agora os pontos decisivos da coisa ninguém quer discutir. Por que os políticos e essa elite falante não querem proibir o consumo de drogas? Porque eles são consumidores. Então não vão poder agir contra si mesmos – como é que vão largar o vício, seu sacrossanto vício? Não pode. Isso significa que não há uma disposição de enfrentar o problema – mas existe a disposição de criar uma imensa rede de desconversas em volta, que implica a abdicação da própria consciência: tenho que fechar a minha própria consciência e botar a máquina de falar para funcionar.

No Brasil, tudo é assim. Onde há um problema real, não se pode mexer nele. Então começa a desconversa. Só que isso está assim faz muito tempo. Muito tempo que está assim. Você pensa que isso só acontece na esfera política, ou na esfera dos debates públicos? Não, meu filho, debate doméstico é a mesma coisa. Conversa doméstica é a mesma coisa. Vamos ver os problemas da educação doméstica: você deve ser liberal ou deve ser autoritário? Bom, liberal é o sujeito que permite, autoritário é o sujeito que proíbe. Agora, permite o quê e proíbe o quê? Esse é que é o ponto. O Eugen Rosenstock-Huessy dizia: “Eu não sei como as pessoas podem ser progressistas ou conservadoras, porque todo ser humano normal é ao mesmo tempo progressista e conservador”. São dois instrumentos de ação. Você tem uma mão direita e uma mão esquerda, ora você vai empurrar as coisas pra frente, ora você parar. Você não tem um carro ou andou num carro alguma vez na sua vida? Você não vê que tem um acelerador e um breque? Tudo na vida é assim. Você faça um gesto – eu vou aqui pegar este isqueiro. Eu tenho que ter o impulso do gesto e ter a capacidade de reter o seu desenvolvimento quando ele chega ao ponto objetivo. Então, você tem o acelerador e você tem breque. Tudo na vida é assim. Não tem sentido dizer “nós vamos usar o acelerador ou o breque”. O problema é para onde você vai. Então esses debates estereotipados que se colocam em termos de alternativas opostas, quando todo mundo sabe que você não pode desistir de nenhuma das alternativas, são pura perda de tempo.

“Ah, nós devemos fazer uma ação policial, invadir o morro, prender todo mundo ou nós devemos fazer obras sociais, playgrounds, escolas etc.?” Olha, é óbvio que as duas coisas. Ou não é? Agora, nem mesmo a combinação das duas coisas pode resolver o problema, se você não sabe qual é o problema. Quer dizer, a solução do problema não é nem a invasão e nem a assistência social. Isso porque o poder

policial e a assistência social têm de existir na sociedade inteira, e não somente no morro. Quando você se refere a essas duas coisas, você está falando de forças genéricas que têm de estar presentes em toda a sociedade – naturalmente também têm de estar presentes no morro, mesmo se não houvesse narcotráfico algum. Vamos supor que não tivesse nenhum traficante no morro, então a polícia jamais deveria ir lá? Claro que não. A ação policial repressora e a assistência social são elementos permanentes da estrutura da sociedade. Então, nenhum deles pode ser solução para o problema, porque o problema é específico. Se dissesse que ao invés de narcotráfico houvesse uma epidemia nacional de batedores de carteiras, aí ia ter que usar os dois instrumentos.

A fuga do problema específico, do problema particular, concreto, para a generalidade destrói a inteligência das pessoas. E no Brasil isto é a norma geral. Todo e qualquer problema que você esteja discutindo a pessoa parte para generalidades.

Por exemplo, durante muito tempo houve a discussão “nós devemos fazer a economia para a exportação ou voltada para o mercado interno?”. Os caras discutiram isso durante 40 anos, enquanto é óbvio que tem de fazer as duas coisas. Cria-se duas escolas de pensamento: uma que diz que nós devemos inspirar e outra que diz que nós devemos expirar. Uma que diz que nós devemos nos mover, e outra que diz que nós devemos nos manter em repouso. Eu não estou exagerando: todas as discussões públicas no Brasil são assim. Você aborda um problema concreto e as pessoas fogem dele e entram em generalidades opostas, criam duas escolas de pensamento e começam a discutir aquilo. Isso é um hospício, gente.

Aluno: Na literatura brasileira, a causa de ausência de personagens realmente bons – como o senhor já mencionou em algumas oportunidades – decorre da falta de convivência dos autores com esse tipo de pessoa, ou é consequência da inexistência desse tipo de personagem em nossa literatura, quer dizer, na sociedade, sobre os quais escritores do nosso país não encontram um modelo que lhes tenha enriquecido suficientemente o imaginário?

Olavo: Eu acho que o número de pessoas que tenham grandeza de alma na sociedade brasileira é muito pequeno. Nos outros países da América latina, com 5 séculos de existência, há um monte de santos. No Brasil, foi preciso espremer muito para achar um. E dizem que é o maior país católico do mundo. Como é que o maior país católico do mundo tem tão poucos santos? A finalidade da Igreja é produzir certo número de santos e fazer com que as orações desse número de santos ofereçam o perdão divino a outras pessoas. Para isso que existe a Igreja. Se não cumpriu essa finalidade, cumpriu qual? Elegeu o Lula?

Eu acho que este problema da moral profunda no Brasil merece um estudo. Se dois ou três de vocês quiserem se dedicar [\[2:20\]](#) a esse assunto – a história moral do Brasil – analisem, por exemplo, o predomínio dos modelos mesquinhos de comportamento – modelos que não têm grandeza nem mesmo na prática do mal. Outro dia alguém escreveu, acho que foi a Priscila Garcia, que no Brasil tudo está tão ruim que nem os planos malignos dão certo. Até os planos malignos são afetados de mesquinaria, de incompetência, de burrice. Por exemplo, você veja essa violência que eles fizeram no Rio: eles têm o plano de há 40 anos fazer uma coisa muito maior. Morreram 45 pessoas. Não, eles têm o plano de matar 45 mil. E não conseguiram ainda.

Também há isso no Brasil. Tudo é muito lento. Por quê? Porque as pessoas vivem no mundo da lua, o pensamento não tem conexão com a realidade. Nem o bandido é capaz de inventar uma coisa que funcione. Se o Comando Vermelho contratasse a minha assessoria – “nós queremos destruir tudo e

botar o banditismo no poder” – eu sou capaz de fazer um plano para eles para que em 10 anos eles chegam lá. No entanto, eles estão a 30 tentando e ainda está capengando o negócio. Quando nem na prática do mal as pessoas tem alguma racionalidade eficiente, é porque o nível intelectual baixou, e o nível de apreensão da realidade está baixo. Está baixo porque as mentes ficam presas em alternativas impossíveis. Têm de escolher entre uma coisa que é absolutamente necessária e outra que também é absolutamente necessária.

Aluno: Quando o senhor vai dar uma aula inteira sobre o simbolismo geométrico?

Olavo: Aquele texto é fascinante. O texto chama-se “Questões de simbolismo geométrico”, que foi onde eu resolvi o problema do ponto. Está no site.

Aluno: Sobre a aula de hoje: minha filha caçula começou a ter aulas de filosofia no segundo colegial (...)

Olavo: Coitadinha!

Aluno: (...) pedagógico: Fernando Haddad. Livros indicados: Clássicos da política, organizado por Francisco Weffort. Filósofos: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. Antes deles nada, e depois o dilúvio.

É assim. Olhe, eu escrevi um estudo sobre Maquiavel que está para ser publicado em livro, pela editora do César Kyn, *Vide Editorial*. Esse livro era por si mesmo uma parte do livro a mentalidade revolucionária, mas eu decidi publicá-lo independentemente porque eu acho urgente tirar da cabeça das pessoas todo o bando de mentiras e ilusões que os admiradores de Maquiavel criaram em torno dele. É absolutamente necessário mostrar que Maquiavel era um pobre coitado, pobre de diabo, sempre derrotado, que ele não entendia absolutamente nada de política prática e que gastou o melhor do seu tempo criando uma utopia para o futuro que ele chamava de a “terceira Roma” – a qual jamais chegará a ser realizada.

Então, se você quer aprender algo de política, esqueça Maquiavel, e leia os caras que realmente entendem de alguma coisa. Por exemplo, se você lê Jean Bodin? Ele tem até a cabeça no lugar, mais ou menos entende como as coisas funcionam. Por exemplo, ele entende que o maquiavelismo, a astúcia, a sacanagem têm de existir junto com a alta moralidade e até com a santidade. Ele entende que essas duas coisas fazem parte da estrutura da realidade, e que nunca nós vamos viver sem uma nem a outra, sobretudo na política. Na política você vai encontrar extremos de sacanagem e extremos de santidade, de autosacrifício. Nunca existiu nenhuma estrutura política no mundo que não tivesse as duas coisas. Então, é como a questão policial: vamos escolher entre a assistência social e a invasão policial?

A mente humana tende a se cristalizar nessas oposições e criar problemas que só existem na esfera lingüística. Na esfera lingüística é possível criar verbalmente uma oposição entre as duas coisas; mas, na prática, você nunca desiste nem de uma nem da outra. Se você deixa que o seu pensamento siga o automatismo da linguagem, você termina nessas alternativas impossíveis. E quando aparece um autor que enfatiza um dos lados unilateralmente, naturalmente aparece o sujeito dizendo o contrário – e aí, pronto!, está criada a paralisia, o negócio estático, a estase. E a mente vai ficar observando aquilo hipnoticamente, não vai conseguir sair daquilo.

Aluno: ... O professor de filosofia é perdidamente apaixonado por Nietzsche e define a filosofia como o bem pensar. E ele perguntou pilaticamente: o que é a verdade? Quid est veritas? Ele estava na calçada e disse, “está vendo aquele tráfego intenso? Atravesse a rua sem olhar e vais saber se esses caras são a verdade”.

Olavo: Eu também acho. Meu filho Pedro tem um amigo que acha que tudo é subjetivo. Eu disse “olha, tudo é subjetivo exceto as contas a pagar... unpaid bills”. Quero ver me provar que isto é subjetivo.

Aluno: Ouvindo o professor falar da dominação marxista na universidade, lembrei da frase de Marx: “quando uma idéia penetra na massa você a transforma em força material”.

Olavo: Isso é perfeitamente verdade. Mas de fato isso não acontece só nas massas. Quando a mente de um indivíduo se impregna de uma idéia dessas, de uma dessas alternativas unilaterais, isso se transforma numa força matéria que determina a conduta dele. E como ele está se conduzindo de acordo com isso, aquilo passa a ser a realidade para ele. A realidade é auto fabricada. Claro, esse poder indutor da linguagem é um elemento histórico que existe; porém, nós, que somos filósofos, não estamos aqui a fim de fomentar movimento nenhum. Nós não estamos querendo transformar a sociedade. Nós estamos querendo entender o que se passa. A primeira coisa que nós temos de fazer é refrear nossa vontade de criar essas modificações, ou antes reduzir as nossas pretensões práticas ao mínimo indispensável, àquilo que seja realmente obrigatório para você.

Por exemplo, eu acredito que a minha obrigação é tentar criar uma nova elite intelectual no Brasil. O que vem depois? Não sei. Qual é o projeto de Brasil que eu tenho? Nenhum. Eu sei que até onde o meu entendimento vai, eu tenho essa obrigação e é isso que eu vou fazer. Refrear as suas pretensões reformadoras àquilo que você realmente pode fazer e àquilo que pelas suas disposições, pelos seus talentos, pela sua história etc. você tem a obrigação de fazer. Se cada um cumprir a sua obrigação, o seu sentido de vida, eu acho que tudo irá melhorar. Agora, se todo mundo quiser determinar o sentido de vida de todos os outros, aí não vai.

Olavo: Bruno Mishel e Silva. Ele faz uma pergunta interessantíssima sobre a teoria dos quatro discursos. Pena que a pergunta está enormemente longa. Ele teve uma discussão com um colega no fórum, onde ele diz que, de fato, existia uma ordem do discurso no corpus aristotélico, mas não era exatamente aquela que eu expunha na minha teoria. E que a ordem era mais ligada às faculdades da alma. Assim, a arte poética seria a arte de usar a linguagem para divertir, a arte retórica seria usar a linguagem para convencer, a dialética seria a de investigar a realidade provável, e a lógica a de investigar a verdade certa. Mas isso é exatamente o que eu estou dizendo na teoria dos quatro discursos – desde que se dê à palavra divertir um sentido que ela não tem no português. Na verdade, Aristóteles dizia que a poesia é mais filosófica que a história. A poesia veicula conhecimento e não tem só função de entretenimento: tem a função de enriquecimento imaginativo. Então, se a coisa fosse limitada a função de divertimento, não poderia ter esse alcance que Aristóteles dá.

Aluno: Eu repliquei que isso de fato não era uma contestação à teoria.

Olavo: Você tem toda razão. Quer dizer ele também tem razão quando associa às faculdades da alma. Está certo isso, só que isso não é o contrário do que eu disse. É exatamente a mesma coisa.

As outras perguntas eu acho que são um pouco complexas e não dá mais tempo. No Brasil a essa altura já são 11 horas da noite. Então vamos parar por aqui.

Transcrição: Instituto Olavo de Carvalho-Curitiba

Revisão: Instituto Olavo de Carvalho-Curitiba